



TERMO DE INSPEÇÃO

RELATÓRIO Nº.: 190/2019

OBJETIVO: Questionário referente à revisão da avaliação do Portal da Transparência – Poder Legislativo no ano de 2019.

Origem		
Órgão	Prefeitura Municipal de Pelotas	
Setor/Dpto.	Unidade de Transparência	
Contato/Função	Paulo Duque da Costa	Contador
Documento/Data	OS 0219/2019	17/09/2019
Equipe encarregada		
Servidor/função	Alessandro Goldbeck Machado	Auditor - Administrador

Relatório conclusivo:

Foi recebido o Ofício Circular DCF n. 34 e 35/2019, que versa sobre avaliação do Portal da Transparência, realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCE/RS, no ano de 2019.

A UCCI enviou para a Câmara Municipal de Pelotas, através do Ofício Of/001243/2019 e por e-mail em 17/09/2019:

- Ofício Circular DCF n. 34 e 35/2019, que versa sobre a avaliação do portal da transparência realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE/RS, no ano de 2019.

- Avaliação do Portal da Transparência – Legislativo (Recibo de Envio de Informações Nº 7/2019);

- Justificativa do TCE/RS quanto à avaliação realizada;

- Modelo de questionário para solicitar avaliação do Portal da Transparência – Legislativo, com instruções para preenchimento;

No Anexo A consta o Recibo de Envio de Informações Nº 7/2019 (Avaliação do Portal da Transparência – Legislativo) e no Anexo B consta a Justificativa apresentada quanto à avaliação realizada pelo TCE/RS.

A Contadoria da Câmara encaminhou resposta no dia 30/09/2019, através de e-mail, sendo que as manifestações foram remetidas ao TCE/RS através do Espaço do Controle Interno no dia 02/10/2019, conforme Recibo de Envio de Informações Nº 12/2019 (Anexo C deste termo).



COORDENADORIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – UCCI
PRAÇA CORONEL PEDRO OSÓRIO, 101 – CEP 96015-010 – PELOTAS – RS
(53) 3309-6002
controleinterno@pelotas.rs.gov.br

Encaminhamento: Arquivo.

Pelotas, 02 de outubro de 2019.

Alessandro Goldbeck Machado
Auditor - UCCI

Norma Gonçalves Xavier
Coordenadora – UCCI



Anexo A – Avaliação do Portal da Transparência realizada pelo TCE/RS.

Recibo de Envio de Informações Nº 7/2019

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

Órgão: CM DE PELOTAS

Pergunta	Resposta
1) Pedido de informações por meio da internet (Artigos 9º e 10, § 2º da Lei nº 12.527/2011)	S
2) Relatório de pedidos de informação (Artigo 30, inciso III, da Lei nº 12.527/2011)	S
3) Informações organizacionais (Artigo 8º, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011)	
- Registro de Competências	S
- Estrutura Organizacional	S
- Endereço de Unidades	S
- Telefone da Unidade	S
- Horário de Atendimento	S
5) Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S
- Procedimento licitatório, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade	S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
8) Informações sobre licitações e seus editais e resultados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)	
Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
9) Informações sobre contratos celebrados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)	
Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
11) Administração do patrimônio público - Imóveis (Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)	
Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
12) Administração do patrimônio público - Veículos (Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)	
Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
13) Recursos Humanos (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)	
- Relação dos servidores	S
- Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	S
- Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)	
- Nome do beneficiário	S
- Cargo do beneficiário	S



- Número de diárias usufruídas por afastamento	S
- Período de afastamento	S
- Motivo do afastamento	S
- Local de destino	S
- Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	S
- Existência de informações atualizadas	S
- Existência de histórica das informações (art. 8º)	S
15) Publicação de respostas a perguntas mais frequentes (Artigo 8º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)	S
16) Ferramenta de pesquisa (Artigo 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	S
17) Canal de Comunicação com o Cidadão ("fale conosco" - Ouvidoria) (Artigo 8º, § 3º, inciso VII, da Lei nº 12.527/2011)	S
18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais (Artigo 8º, § 3º, inciso VIII, da Lei nº 12.527/2011)	8,60
19) Instrumento Normativo local que regulamente a LAI (Artigo 45 da Lei nº 12.527/2011)	S
21) Serviços e atividades de interesse coletivo - Legislativo (Artigo 7º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)	
- Leis municipais e atos infralegais (resoluções/decretos)	S
- Projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações	S
- Votações nominais, quando cabíveis	S
- Pauta das Comissões e das Sessões do Plenário	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
22) Ato que aprecia as Contas do Prefeito (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão da Câmara que aprovou ou rejeitou as contas) (Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" da Lei nº 12.527/2011)	S
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000)	
- Balanço Orçamentário	N
- Balanço Financeiro	N
- Balanço Patrimonial	N
- Demonstração das Variações Patrimoniais	N
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	N

Recibo emitido em 17/09/2019 às 12:32

Código de Autenticação
PNCV7-ORTE9-UDAX7



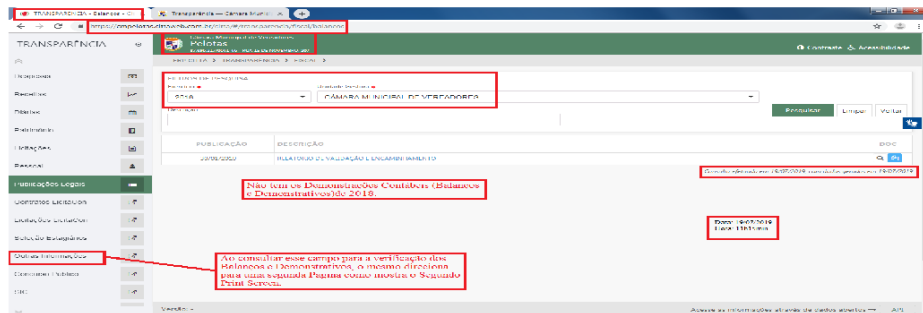
Anexo B – Justificativa do TCE/RS quanto a avaliação do Portal da Transparência – Poder Legislativo



Item: 24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000)

Pergunta: - Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Justificativa: Conforme mostram os Prints Screens, não tem os Balanços e Demonstrativos de 2018, ao acessar o campo "Outras Informações" o mesmo direciona para uma nova página que consta "Desculpe, mas esta página não existe..." como mostrado no segundo Print Screen, sendo assim não foi atendido o quesito 24 da Pesquisa da LAI de 2019: Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000).



Acesso em 19/07/2019 às 11h15min



COORDENADORIA DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE INTERNO
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – UCCI
PRAÇA CORONEL PEDRO OSÓRIO, 101 – CEP 96015-010 – PELOTAS – RS
(53) 3309-6002
controleinterno@pelotas.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL DE CONTAS
DIREÇÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
Serviço de Acompanhamento de Gestão



Acesso em 19/07/2019 às 11h17min



Anexo C – Recibo de Envio de Informações Nº 12/2019.

Recibo de Envio de Informações Nº 12/2019
Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul notifica o recebimento das seguintes informações, enviadas eletronicamente no dia 02/10/2019, às 12h e 44min, pelo Controle Interno da PM DE PELOTAS, referente ao órgão CM DE PELOTAS, na pessoa de Alessandro Goldbeck Machado, CPF 00749485043, em atendimento ao Ofício Circular DCF Nº 2019/34

Pergunta	Resposta
1) Pedido de informações por meio da internet (Artigos 9º e 10, § 2º da Lei nº 12.527/2011)	
1.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
2) Relatório de pedidos de informação (Artigo 30, inciso III, da Lei nº 12.527/2011)	
2.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
3) Informações organizacionais (Artigo 8º, § 1º, inciso I, da Lei nº 12.527/2011)	
- Registro de Competências	
- Estrutura Organizacional	
- Endereço de Unidades	
- Telefone da Unidade	
- Horário de Atendimento	
3.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
5) Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	
- Procedimento licitatório, bem como à sua dispensa ou inexistência	
- Bem fornecido ou serviço prestado	
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	
5.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
8) Informações sobre licitações e seus editais e resultados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)	
Existência de histórico das informações (art. 8º)	
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	
8.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
9) Informações sobre contratos celebrados (Artigo 8º, § 1º, inciso IV, da Lei nº 12.527/2011)	
Existência de histórico das informações (art. 8º)	
Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	
Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	
9.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
11) Administração do patrimônio público - Imóveis (Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº	



12.527/2011)	
Existência de histórico das informações (art. 8º)	
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	
11.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
12) Administração do patrimônio público - Veículos (Artigo 7º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)	
Existência de histórico das informações (art. 8º)	
Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	
12.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
13) Recursos Humanos (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)	
- Relação dos servidores	
- Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	
- Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	
13.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
14) Diárias (Artigo 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011)	
- Nome do beneficiário	
- Cargo do beneficiário	
- Número de diárias usufruídas por afastamento	
- Período de afastamento	
- Motivo do afastamento	
- Local de destino	
- Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	
- Existência de informações atualizadas	
- Existência de histórica das informações (art. 8º)	
14.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
15) Publicação de respostas a perguntas mais frequentes (Artigo 8º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 12.527/2011)	
15.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
16) Ferramenta de pesquisa (Artigo 8º, § 3º, I, da Lei nº 12.527/2011)	
16.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
17) Canal de Comunicação com o Cidadão ('fale conosco' - Ouvidoria) (Artigo 8º, § 3º, inciso VII, da Lei nº 12.527/2011)	
17.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
18) Medidas para garantir atendimento a usuários com necessidade especiais (Artigo 8º, § 3º, inciso VIII, da Lei nº 12.527/2011)	
18.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
19) Instrumento Normativo local que regulamente a LAI (Artigo 45 da Lei nº 12.527/2011)	
19.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
21) Serviços e atividades de interesse coletivo - Legislativo (Artigo 7º, inciso V, da Lei nº 12.527/2011)	
- Leis municipais e atos infralegais (resoluções/decretos)	
- Projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações	
- Votações nominais, quando cabíveis	
- Pauta das Comissões e das Sessões do Plenário	
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	



- Existência de histórico das informações (art. 8º)	
21.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
22) Ato que aprecia as Contas do Prefeito (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão da Câmara que aprovou ou rejeitou as contas) (Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" da Lei nº 12.527/2011)	
22.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	
24) Demonstrativos Contábeis (Artigo 48, §2º, da Lei Complementar nº 101/2000)	
- Balanço Orçamentário	S
- Balanço Financeiro	S
- Balanço Patrimonial	S
- Demonstração das Variações Patrimoniais	S
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	S
24.1) Justificativa para revisão	-
- Justificativa	Demonstrativos Contábeis foram anexados no portal em 24.09.2019. Link: https://cmpelotas.cittaweb.com.br/citta/#/transparencia/fiscal/balancos

Recibo emitido em 02/10/2019 às 12:44

Código de Autenticação
UNPA4-XSRQ8-WJDN5